



Manual de Orientação para Organização de Seminário Acadêmico sobre Educação em Direitos Humanos

Mestrando: Ornelis Vicente dos Santos

Orientadora: Máriam Trierveiler Pereira

Manual de Orientação para Organização de Seminário Acadêmico sobre Educação em Direitos Humanos

Organização: Ornelis Vicente dos Santos

Orientação: Máriam Trierveiler Pereira

Todos os direitos reservados, 2024.

Descrição Técnica

Nível de ensino a que se destina o produto: Todos os níveis de ensino

Área do conhecimento: Ensino

Público-Alvo: professores e demais profissionais da educação, gestores e estudantes

Categoria do Produto: Produção Técnica-Tecnológica (PTT) da categoria 1 - Material didático/instrucional.

Finalidade: Orientar educadores, gestores e estudantes na organização de seminários acadêmicos voltados à Educação em Direitos Humanos.

Idioma: Português.

Cidade: Curitiba-PR.

País: Brasil.

Ano: 2024.

Origem do produto: Desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

S237m Santos, Ornelis Vicente dos.

Manual de Orientação para Organização de Seminário Acadêmico: sobre Educação em Direitos Humanos / Ornelis Vicente dos Santos, Máriam TrierveilerPereira. Curitiba-Pr, 2024.

64 p.: il. color.

Produto Educacional(Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em educação Profissional e tecnológica, Instituto Federal do Paraná, (ProfEPT), Curitiba, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Máriam Trierveiler Pereira.

1. Produto educacional. 2. Educação profissional. 3. Direitos humanos. . 4.Educação Aspectos Sociais. I. Pereira, Máriam Trierveiler, II. Instituto Federal do Paraná. III. Título.

CDD 370.20981

ISBN nº 978-65-01-31849-3



Introdução



Objetivo do manual

Este manual foi desenvolvido para orientar professores e demais profissionais da educação, gestores e estudantes na organização de seminários acadêmicos voltados à Educação em Direitos Humanos. Eventos que envolvem tal temática podem estimular reflexões críticas e contribuir para a formação cidadã e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

É um produto educacional fruto da dissertação “Educação em Direitos Humanos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná Campus Irati” (Santos, 2024), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), cujo foco é a Educação em Direitos Humanos. Reflete não apenas o compromisso acadêmico com a formação cidadã, mas também a intencionalidade pedagógica de oferecer ferramentas acessíveis e eficazes para que educadores possam promover debates significativos e inclusivos em suas comunidades.

Importância da Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos é um tema transversal e imprescindível na formação educacional, pois:

- Contribui para o desenvolvimento de valores como empatia, solidariedade e respeito.
- Estimula a reflexão crítica sobre desigualdades e injustiças sociais.
- Prepara os estudantes para uma atuação cidadã consciente e responsável.

Ao propor a realização de seminários acadêmicos sobre este tema, este manual se apresenta como um recurso essencial para ampliar a compreensão e o engajamento em Direitos Humanos no âmbito escolar e acadêmico.



Aplicabilidade e Impacto

Este manual pode ser utilizado em diversas situações,

- Formação continuada de professores e demais prof
- Projetos interdisciplinares na educação básica e superior.
- Planejamento de atividades extensionistas em instituições de educação profissional e tecnológica.

Ao final, espera-se que este produto educacional não apenas apoie a organização de seminários, mas também inspire novas ações pedagógicas que promovam Educação em Direitos Humanos de forma ampla e efetiva.



Público Alvo

O manual é destinado a todos os envolvidos no planejamento e execução de eventos educacionais, como professores e demais profissionais da educação, gestores escolares e estudantes.

Relevância

A Educação em Direitos Humanos é uma ferramenta essencial para fortalecer valores como igualdade, respeito e diversidade. Um seminário bem estruturado é uma oportunidade para promover esses princípios e fomentar discussões significativas na comunidade acadêmica.



Human Rights



Planejamento do Seminário



Definição de Temas e Objetivos

Escolha temas atuais e relevantes, como: igualdade racial, gênero e diversidade, direitos das populações indígenas, direito à educação, direito ambiental, entre outros direitos humanos.

Defina objetivos claros: conscientizar, capacitar, debater ou apresentar soluções para problemas locais relacionados aos Direitos Humanos.



Composição da Equipe Organizadora

Coordenação Geral: supervisiona o planejamento e a execução.

Comunicação: cuida da divulgação e relação com os participantes.

Logística: organiza os espaços, materiais e equipamentos necessários.

Recepção: recepciona palestrantes e participantes no dia do evento.

Recursos Necessários

- ✓ Espaço físico ou plataforma virtual.
- ✓ Equipamentos (projektor multimídia, som, computadores).
- ✓ Materiais impressos ou digitais (programação, certificados).
- ✓ Orçamento para eventuais custos (decoração, transporte, de palestrantes, coffee break).





Estrutura e Cronograma



Etapas do Evento

Divulgação: Organizar e disponibilizar materiais (físicos e/ou digitais) para a divulgação do evento, que contenham informações essenciais para a efetivação da inscrição, bem como cronograma de atividades.

Inscrição: Disponibilizar formulário, de preferência eletrônico, para a efetivação da inscrição. Solicitar apenas informações pessoais imprescindíveis, visando a garantia de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados. A inscrição deve prever ainda a indicação de necessidades específicas dos participantes, bem como do nome social.

Abertura: Uma apresentação cultural e/ou uma mensagem institucional destacando a importância do tema e agradecendo a participação dos ouvintes.

Palestras: Convidar especialistas em Educação em Direitos Humanos para compartilhar conhecimentos e experiências.

Mesas-Redondas: Promover o debate com diferentes perspectivas (acadêmicos, ativistas, estudantes).

Atividades Práticas: Oferecer oficinas, dinâmicas ou exposições interativas que engajem os participantes.

Encerramento: Compartilhar resultados, conclusões e propostas para a continuidade das ações discutidas.

Duração e Intervalos

- Planeje uma carga horária equilibrada, com atividades de 1h a 2h, intercaladas por intervalos.
- Preveja momentos para networking e trocas informais.
- Planeje a organização de momentos culturais.



Metodologias e Recursos Didáticos



Metodologias Ativas

Debates: Utilize metodologias como "World Café" ou "Painel Integrado" para engajar o público.

Estudo de Caso: Proponha a análise de situações reais para estimular soluções criativas.

Dramatizações: Envolver os participantes em encenações que ilustrem situações de violações ou defesa de direitos.



HUMAN RIGHTS



A metodologia ativa **World Café** é uma abordagem participativa para promover diálogos colaborativos em grupos. Ela se baseia na divisão dos participantes em pequenos grupos que discutem temas específicos em mesas, como se estivesse em um café. Cada mesa tem um anfitrião que mantém o foco da discussão e registra as ideias principais. Após um período, os participantes rotacionam entre as mesas, levando consigo insights e conectando ideias de diferentes discussões. Essa metodologia incentiva o compartilhamento de perspectivas, criando conjuntamente conhecimento e o desenvolvimento de soluções inovadoras para questões complexas.



Painel Integrado: Técnica de ensino que visa o estudo de um determinado conteúdo por meio de discussões em grupos.)

Materiais de Apoio

- Elabore modelos de slides para palestrantes.
- Disponibilize cartilhas ou guias de leitura complementar.
- Prepare conteúdos acessíveis (audiodescrição, libras, legendas).



Logística e Comunicação



Espaço Físico ou Virtual

- Certifique-se de que o local seja acessível para pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas.
- Para eventos online, escolha plataformas como Zoom, Google Meet ou Microsoft Teams, ou ainda outras plataformas já validadas e com recursos acessíveis e de preferência sem custo para os participantes.

Divulgação

- Utilize redes sociais, e-mails e murais digitais para divulgar o evento.
- Crie um cronograma de postagens com chamadas atrativas e informativas.
- Produza materiais físicos, com texto atrativo e informativo.

Gestão de Inscrições

- Utilize ferramentas gratuitas como Google Forms para registros.
- Envie confirmações automáticas e garanta que os certificados sejam gerados automaticamente ao final do evento.
- Solicite apenas dados pessoais essenciais, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados.
- Solicite informações quanto às necessidades específicas dos participantes, bem como a indicação de nome social.



Avaliação e Resultados



Feedback do Público

- Prepare formulários com perguntas sobre conteúdo, organização e impacto.
- Inclua espaços para sugestões e críticas construtivas.

Relatório Final

- Inclua dados sobre o número de participantes, perfil do público, pontos altos e desafios enfrentados.
- Destaque propostas que surgiram durante o evento.

Registro e Disseminação

- Publique o material do seminário em repositórios digitais ou em revistas acadêmicas.
- Compartilhe fotos, vídeos e relatos nas redes sociais da instituição.

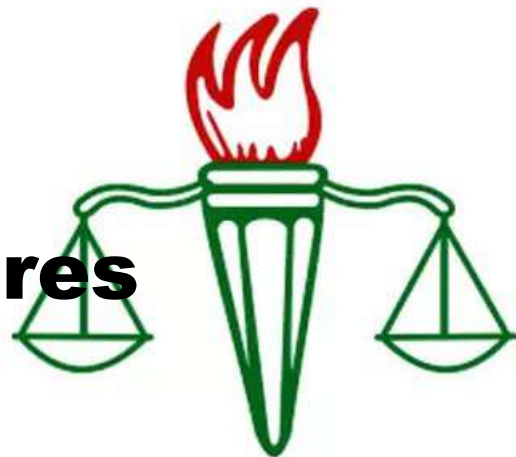
Processo de avaliação

O processo de avaliação desempenha um papel essencial para compreender os pontos fortes e os aspectos a serem aprimorados, permitindo que futuros eventos sejam planejados com maior eficácia e alinhados às necessidades dos participantes. Além disso, a coleta de opiniões contribui para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, promovendo um diálogo contínuo sobre Educação em Direitos Humanos. As informações obtidas ajudarão a melhorar eventos futuros e garantir que atendam às expectativas e necessidades dos participantes.

Sugere-se a aplicação de um questionário (em anexo), com classes de escala para resposta, abordando os seguintes eixos: 1. Sobre a organização do evento; 2. Sobre o conteúdo e os palestrantes; 3. Sobre a dinâmica do evento; 4. Impacto e resultados; 5. Contextualização da Educação em Direitos Humanos no currículo; 6. Considerações finais.



Materiais Complementares



Artigos Acadêmicos

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p.45-56, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

CANDAU, Vera Maria. SACAIVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan.-abr. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/12319/8741>. Acesso em 10 nov. 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em 21 jul. 2023.

Documentos Internacionais

ONU [Organização das Nações Unidas]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 15 out. 2024.

ONU [Organização das Nações Unidas]. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 15 out. 2024.

Legislação brasileira

Legislação	Disposição	Tema
Constituição Federal de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil.	Direito à Igualdade, Direito à Proteção, Direito à Saúde, Direito à Propriedade, Direito à Educação, Direito Ambiental, Direito à Participação, Direito de Provisão
Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.	Direito à Propriedade
Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Direito dos Povos Indígenas
Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Direito Ambiental
Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Direitos da Infância
Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Direito à Educação
Lei n. 10.741, de 1o. de outubro de 2003	Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.	Direito do Idoso, Direito ao respeito, Direito à Participação e Inclusão
Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Direitos dos Povos Tradicionais

Legislações brasileiras relacionadas aos direitos humanos

Legislação	Disposição	Tema
Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.	Direitos Humanos Diversos
Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003	Direito à Igualdade, Direito ao respeito, Direito à Participação e Inclusão
Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.	Direito à Educação e Inclusão
Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.	Educação em Direitos Humanos
Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	Direitos da Juventude
Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Direito da Pessoa com Deficiência, Direito à Inclusão, Direito à Participação

Legislações brasileiras relacionadas aos direitos humanos

Legislação	Disposição	Tema
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos 2018	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.	Educação em Direitos Humanos
Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.	Direito à Educação e Inclusão
Projeto de Lei n. 1.655, de 14 de junho de 2022	Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições.	Educação em Direitos Humanos

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Livros



ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2014.

BOBBIO, Norbert. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos:** desafios atuais. In: G. Rosa et.al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

CANDAU, Vera Maria. PAULO, Iliana. ANDRADE, Marcelo. LUCINDA, Maria da Consolação. SACAVINO, Susana. AMORIM, Viviane. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as).** São Paulo: Cortez, 2013.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos Humanos.** Tudo a ver com a nossa vida. Passo Fundo: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF), 2012.

FORTES, Erasto. Apresentação. In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2010, p.7-13.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. O que são Direitos Humanos? In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. NÁDER, Antonio Gili. (Orgs.). **Educando em direitos humanos:** fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídico. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos humanos na educação básica: qual o significado? In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2010. p.41-63.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Políticas de educação em direitos humanos. In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2010. p.15-40.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. DIAS, Adelaide Alves (Org.). **Direitos Humanos:** capacitação de educadores. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.



Referências



ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em 21 jul. 2023.

BOBBIO, Norbert. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Senado Federal, 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1964. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Senado Federal, 1973. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em 15 out. 2024.

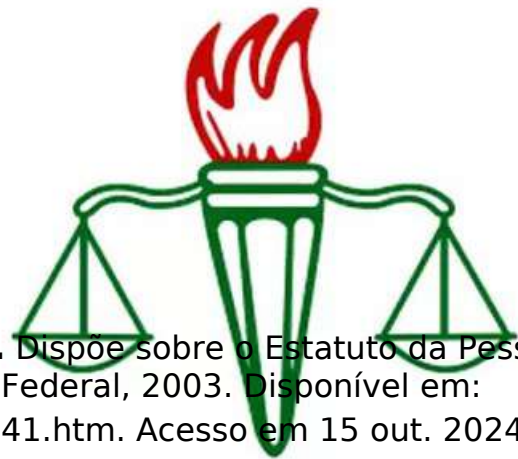
BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1981. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 15 out. 2024.



Referências

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1o. de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial e altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.342, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Senado Federal, 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Ministério dos Direitos Humanos, 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em 15 out. 2024.

BRASIL. **Projeto de lei n. 1.655, de 14 de junho de 2022.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições. Brasília, DF: Câmara de Deputados, 2022a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2317764>. Acesso em 15 out. 2024.

Referências



- BRASIL. **Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012.** Institui Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: MEC/CNE 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 15 out. 2024.
- CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade:** tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, p.45-56, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos:** desafios atuais. In: GODOY, Rosa et.al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- CANDAU, Vera Maria. PAULO, Iliana. ANDRADE, Marcelo. LUCINDA, Maria da Consolação. SACAVINO, Susana. AMORIM, Viviane. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as).** São Paulo: Cortez, 2013.
- CANDAU, Vera Maria. SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação em direitos humanos e formação de educadores.** Educação. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan.-abr. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/12319/8741>. Acesso em 10 nov. 2023.
- CARBONARI, Paulo César. **Direitos Humanos.** Tudo a ver com a nossa vida. Passo Fundo: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF), 2012.
- FORTES, Erasto. Apresentação. In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2010, p.7-13.
- ONU [Organização das Nações Unidas]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral, 1948.
- ONU [Organização das Nações Unidas]. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 15 out. 2024.
- RABENHORST, Eduardo Ramalho. O que são Direitos Humanos? In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. NÁDER, Antonio Gili. (Orgs.) **Educando em direitos humanos:** fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídico. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
- SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos humanos na educação básica: qual o significado? In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2010. p.41-63.
- VIOLA, Solon Eduardo Annes. Políticas de educação em direitos humanos. In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2010. p.15-40.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. DIAS, Adelaide Alves (Org.). **Direitos Humanos:** capacitação de educadores. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

Anexo

Questionário Avaliativo do Seminário Acadêmico em Educação em Direitos Humanos

O objetivo deste questionário é coletar feedback dos participantes sobre a organização, conteúdo e o impacto do seminário. As informações obtidas ajudarão a melhorar eventos futuros e garantir que atendam às expectativas e necessidades dos participantes.

1. Sobre a Organização do Evento

1.1. Como você avalia a organização geral do seminário?

- ☐ Excelente
- ☐ Bastante satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Pouco satisfeito
- ☐ Não satisfeito

1.2. A divisão das atividades (palestras, mesas-redondas, oficinas) foi adequada?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

1.3. O tempo destinado para cada atividade foi suficiente?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

1.4. O local (ou plataforma virtual) do evento atendeu às suas expectativas?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

1.5. Os recursos disponíveis (equipamentos, materiais de apoio) foram adequados?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

2. Sobre o Conteúdo e os Palestrantes

2.1. Como você avalia a qualidade das palestras e apresentações?

- ☐ Excelente
- ☐ Bastante satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Pouco satisfeito
- ☐ Não satisfeito

2.2. Os temas abordados foram relevantes para o tema da Educação em Direitos Humanos?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

2.3. Os palestrantes e mediadores demonstraram conhecimento e clareza na apresentação dos conteúdos?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

2.4. Qual tema ou palestra mais chamou sua atenção? Por quê? Resposta aberta.

3. Sobre a Dinâmica do Evento

3.1. Você se sentiu incentivado(a) a participar ativamente das atividades (debates, perguntas, oficinas)?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

3.2. As dinâmicas propostas contribuíram para o aprendizado sobre Educação em Direitos Humanos?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

3.3. O que você mudaria ou sugeriria para melhorar as atividades futuras? Resposta aberta.

4. Impacto e Resultados

4.1. Este seminário contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre Educação em Direitos Humanos?

- ☐ () Discordo totalmente
- ☐ () Discordo parcialmente
- ☐ () Não concordo nem discordo
- ☐ () Concordo parcialmente
- ☐ () Concordo totalmente

4.2. Você acredita que as ideias apresentadas podem ser aplicadas em seu contexto profissional ou acadêmico?

- ☐ () Discordo totalmente
- ☐ () Discordo parcialmente
- ☐ () Não concordo nem discordo
- ☐ () Concordo parcialmente
- ☐ () Concordo totalmente

4.3. Após o evento, você se sente mais motivado(a) a atuar ou estudar temas relacionados aos Direitos Humanos?

- ☐ () Discordo totalmente
- ☐ () Discordo parcialmente
- ☐ () Não concordo nem discordo
- ☐ () Concordo parcialmente
- ☐ () Concordo totalmente

5. Contextualização da Educação em Direitos Humanos no Currículo

5.1. Você considera importante integrar a Educação em Direitos Humanos (EDH) de forma transversal no currículo da Educação Profissional e Tecnológica?

- ☐ () Discordo totalmente
- ☐ () Discordo parcialmente
- ☐ () Não concordo nem discordo
- ☐ () Concordo parcialmente
- ☐ () Concordo totalmente

5.2. O seminário apresentou exemplos práticos de como a EDH pode ser aplicada no ensino técnico e profissional?

- ☐ () Discordo totalmente
- ☐ () Discordo parcialmente
- ☐ () Não concordo nem discordo
- ☐ () Concordo parcialmente
- ☐ () Concordo totalmente

5.3. Quais estratégias ou práticas você sugere para fortalecer a presença da EDH no currículo do Instituto Federal? Resposta aberta.

6. Considerações Finais

6.1. Dê uma nota geral para o seminário (0 a 10): Resposta aberta.

6.2. Deixe algum comentário adicional se achar necessário. Resposta aberta.

Agradecemos pela sua participação e pelo tempo dedicado a responder este questionário.

Sua opinião é muito importante para aprimorarmos nossos eventos.
